



*Reunião da Assembleia Intermunicipal
16 de dezembro de 2013
Ata n.º 2*

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal para a tomada de posse dos membros que a compõem e que fazem parte da lista de presenças anexa. O 1º eleito pela Assembleia Municipal de Aveiro, Henrique Manuel Morais Diz, assumiu a condução dos trabalhos ao qual se juntaram os eleitos Manuel da Silva Soares e Gonçalo Nuno Caetano Alves para o secretariar, dando início aos trabalhos. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: -----
José Carlos Raposo Marques Vidal; Carlos Alberto Baptista Guerra; Carla Eliana da Costa Tavares; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; Rubén André de Carvalho Coelho; Sara Patrícia Rios da Silva; Mário Rui de Almeida Branco; Artur Domingos Pires Salvador; António Manuel Alves; Henrique Manuel Morais Diz; Nuno Manuel Marques Pereira; Gonçalo Nuno Caetano Alves; Carlos Francisco Cunha Picado; Susana Cristina Chaves Baptista Esteves; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Ricardo Jorge Lopes Fernandes; António Amador da Silva Esteves; António José Flor Agostinho; Eduardo Conde Pinto; Sérgio Manuel de Jesus Lopes; Sofia Maria Grilo Marques Senos; António Maria dos Santos Sousa; José Alcides Ramos Pereira; José Manuel Andrade Simões; Augusto Carlos dos Santos Leite; Manuel Nunes Simões dos Santos; João Paulo Castelo da Assunção Sol; André de Campos S. Fevereiro Chambel; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Maria Cecília Reis de Almeida Oliveira; Sérgio Daniel Santos Morais; Carlos Manuel Lopes Pinto Ribeiro; José de Figueiredo Lino; Manuel da Silva Soares; José Luís da Silva Almeida; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Toni Pedro Ribeiro Martins; Rui Miguel Rocha da Cruz; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins. -----

Estiveram ausentes os membros: Luís António Sousa Pinto dos Santos e Manuel Marcelino Santos Manangão, que justificaram a falta, e Rui Manuel Pereira Marques. -----

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos: -----

1. Tomada de Posse dos Membros da Assembleia Intermunicipal:-----

Passou-se de imediato à leitura da Ata de Posse, tendo os eleitos procedido à assinatura do respetivo Auto de Posse, após chamada individual. -----

2. Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal: -----

A Mesa questionou os membros se tinham alguma lista a apresentar. Informou estar na posse de uma, designada de Lista A, com a seguinte constituição: -----
Presidente – Manuel Nunes Simões dos Santos – Oliveira do Bairro -----



Vice-Presidente – Manuel da Silva Soares – Sever do Vouga -----

Secretário – Gonçalo Nuno Caetano Alves – Aveiro -----

Seguiu-se a votação, por voto secreto, após chamada individual, com o seguinte resultado: aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e quatro votos brancos. -----

Mais foi deliberado a sua aprovação em minuta. -----

O Presidente da Mesa apresentou cumprimentos à Assembleia e felicitações pela eleição nos respetivos municípios, desejando um mandato proficuo e proveitoso para a Região de Aveiro. -----

3. Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal relativa à atividade da CI Região de Aveiro: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal começou por dar as boas vindas aos membros da Assembleia Intermunicipal, referindo que o processo de instalação ao abrigo desta nova lei é mais lento, faltando instalar o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. É um formato com um histórico longo, agora ao abrigo deste quadro legal, antecedido pela AMRia e pela GAMA, mais recentemente pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga. A nova designação retirou o “Baixo-Vouga”. Manifestou a disponibilidade permanente para trabalhar em conjunto com a Assembleia. O relatório enviado, documento síntese elaborado em outubro de 2013 para receber os colegas novos do Conselho Intermunicipal, apresenta o ponto de situação, retratando o trabalho desenvolvido e a desenvolver, ancorado em fundos comunitários. Destacou, igualmente, o papel dos vários parceiros da CI Região de Aveiro, especialmente da Universidade de Aveiro, que está a realizar um trabalho preparatório do próximo quadro, recebendo contributos de aperfeiçoamento dos novos autarcas, para se fechar no 1º trimestre de 2014, e posteriormente se negociar com o Governo e com os gestores dos fundos comunitários. Deu nota de continuidade e desenvolvimento em múltiplas frentes de processos com certa maturidade, como o Polis Ria de Aveiro, a negociação para o Polis 2, a AdRA, que está a entrar em fase importante de revisão do EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, e de outros projetos com balanço positivo e já assumidos para 2014, como o Programa PAPER, de apoio às associações da Região. Em ponderação está o protocolo com a ABIMOTA, que realizou nos últimos 3 anos o Grande Prémio ABIMOTA/Região de Aveiro, agregado a ações de promoção turística numa parceria com o Turismo do Centro. -----

Inscreveram-se para usar da palavra: -----

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) referiu que no acompanhamento aos dossiês não foi mencionado o acesso ao nó sul da A1, que abrange um conjunto largo de municípios, designadamente nos acessos da A17 ao nó da A1. -----

O Presidente do CI referiu que a questão do nó sul da A1 está elencada no PIMTRA e tem objetivos regionais. Os municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro têm um trabalho a fazer com o dono da obra, as Estradas de Portugal. -----

4. Apreciação e Votação da 2ª Revisão Orçamental/2013: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que são meros ajustes de caráter administrativo, sem relevância política. -----

Inscreveram-se para usar da palavra: -----



António Esteves (Estarreja) questionou a rubrica de despesa dos recursos humanos, e se esta se refere ao Secretariado Executivo Intermunicipal. -----

O Presidente do CI informou que se tratava de uma verba para a possibilidade do Secretário Executivo entrar em funções este ano, mas por força das circunstâncias não será usada, uma vez que não se realizará despesa.-----

O Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da 2ª Revisão Orçamental/2013, aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor e dez abstenções, e em minuta. -----

5. *Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2014, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da LCPA:* -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a transferência de cada município para a Polis é efetuada por entreposto de quem é sócio, a CIRA. Houve a retirada de poucos projetos por parte de alguns municípios: dos 92 milhões de euros foram retirados 11 milhões ao total. Neste momento, o processo de revisão do quadro de investimentos carece de aprovação pelo Governo para que se possa fazer formalmente a revisão do capital social da empresa e ajustar a nossa própria participação. Os números desta proposta são os mesmos do orçamento de 2013. O final do projeto está previsto para setembro de 2015, usando a regra do n+2, estando em fase plena de execução. Destacou a negociação com o Governo para que a posição contratual da Parque Expo seja cedida à CI Região de Aveiro e que a respetiva equipa técnica passe a estar integrada. Nessa negociação tentar-se-á envolver a contratualização da Gestão da Ria de Aveiro e do Baixo Vouga Lagunar, para resolver problemas graves, designadamente mais dois rombos das margens da Ria, uma vez que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente não tem condições para fazer estas obras. No quadro de transferência e delegação de competências previsto na Lei da Água poder-se-á assumir essas responsabilidades. -----

Inscreveram-se para usar da palavra: -----

Carla Tavares (Águeda) questionou o valor da rubrica da Publicidade, da Assistência Técnica, dos Trabalhos especializados e das Instituições sem fins lucrativos. -----

José Matos (Estarreja) solicitou esclarecimentos ao montante da rubrica de Prevenção e Gestão de Riscos e referiu que as prioridades elencadas referem-se a assuntos que já nos ocupam há muito tempo. A questão hidrográfica tem problemas graves para os municípios e era importante alterar a alçada desse poder. -----

António Esteves (Estarreja) questionou as verbas com o quadro de pessoal, o aumento previsto, e qual o ponto de situação dos projetos sem expressão numérica no Plano, designadamente a implementação de portagens, o curso de medicina e a Barragem de Ribeiradio. -----

Relativamente à questão da publicidade o Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que esta tem associada dois projetos, a RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e o GAC-RA, que são obrigados a ter compra de publicidade. Informou que a CI Região de Aveiro não tem publicidade institucional e que esta aparece sobretudo em campanhas no âmbito dos projetos. -----

Em relação à rubrica da Assistência Técnica, uma grande parte resulta da prestação de serviços contratada à Universidade de Aveiro no âmbito do QCIRA, financiada a 85% no âmbito do Programa Operacional da Assistência Técnica; tem a contrapartida de receita pelos fundos comunitários e a contrapartida nacional será assumida pelo orçamento da CIRA. -----

Sobre a verba das Instituições sem Fins Lucrativos, o Presidente do CI informou que é relativa ao Programa PAPER A e que essa tipologia de entidades são os destinatários, o valor é a transferência financeira dos subsídios para essas associações. -----

No que diz respeito à rubrica da Prevenção e Gestão de Riscos, esta resulta de uma candidatura ao POVT para financiar equipamentos de proteção individual para os nossos bombeiros, através de um concurso nacional. Foi efetuado um trabalho de diagnóstico com as nossas corporações e com a ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil. -----

Relativamente ao Centro Hospitalar, informou que não temos responsabilidade de gestão mas trabalhamos politicamente e tem relevância regional. É um dossiê que não está fechado. O parecer enviado pela CIRA no âmbito do Plano Estratégico foi um parecer consensual, aprovado por unanimidade pelo anterior Conselho Executivo. -----

Sobre as portagens informou que se combate em 2 níveis: no regime de isenções e no facto de alguns pórticos estarem desadequados. A ideia principal era a de que circuitos intra NUT III da Região de Aveiro não fossem pagos. -----

Relativamente à Barragem de Ribeiradio, está em construção, tendo um acompanhamento regular, incluindo visitas ao local. É uma obra muito complexa, com fins hidroelétricos, mas agregada a fins agrícolas e de reserva de água. -----

Sobre o Quadro de Pessoal, o Presidente do CI informou que não há perspectiva de contratar ninguém, mas que há projetos, nomeadamente o RUCI e o GAC, em que os recursos humanos são contratados em função do projeto. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2014, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da LCPA, aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor e treze abstenções, e em minuta. -----

6. Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica de 2013: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que quer o ponto 6, quer o ponto 7 da Ordem de Trabalhos, tratam de cumprir a Lei dos Compromissos, um mero formalismo, onde por um lado se informa a Assembleia do uso da autorização genérica de 2013, e por outro lado, se aprecia a autorização prévia genérica para poder executar as despesas com incidência plurianual, de acordo com a Lei dos Compromissos. -----

7. Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos: -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o sétimo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada por maioria, com quarenta e um votos a favor e uma abstenção, e em minuta. -----

8. Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se trata de uma característica diferenciadora da nossa entidade, uma vez que outras Comunidades Intermunicipais não têm



quota, e que a proposta do valor de 1 euro por eleitor foi aprovada por unanimidade no Conselho Intermunicipal. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o oitavo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro, aprovada por unanimidade, e em minuta. -----

9. *Apreciação e Votação da lista dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal:* -----

O Presidente do CI informou que este novo órgão, o Secretariado Executivo Intermunicipal, é uma adaptação do Secretário Executivo previsto na anterior legislação. Com a nova lei, criou-se um novo órgão, com competências próprias e com a segregação de funções ao abrigo da gestão dos fundos comunitários. A nova lei possibilita que o Secretariado Executivo seja composto por 1 a 3 membros. Foi entendimento que a gestão da nossa Comunidade exige uma liderança forte, mas não precisa de mais de uma pessoa, será assim um órgão unipessoal. Terá um trabalho muito interligado ao trabalho do Conselho Intermunicipal. Em relação ao perfil pretendido, entendeu-se que a vida da nossa instituição, a exigência fortíssima dos projetos mais importantes e as lutas políticas, impunha que fossemos à região procurar um recurso competente em termos técnicos, em termos políticos, e conhecedor das matérias. Foi decidido que a pessoa indicada para esta função era o Dr. José Eduardo de Matos. No entanto, este tinha um constrangimento, uma vez que foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Estarreja e teve de tomar uma decisão, uma vez que o Secretário Executivo Intermunicipal não pode exercer funções autárquicas. Foi sensibilizado para a importância desta função e do grande serviço à Região de Aveiro, tendo aceitado o convite. -----

Seguiu-se a votação, por voto secreto, após chamada individual pelo Presidente da Mesa, com o seguinte resultado: aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dois votos contra e onze votos brancos. -----

Mais foi deliberado a sua aprovação em minuta. -----

10. *Apreciação e Votação da alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro:* -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se trata da adequação dos estatutos em vigor à nova legislação, com novas competências, com um novo órgão, o Secretariado Executivo Intermunicipal e uma nova designação para o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. -----

Inscreveram-se para usar da palavra: -----

José Matos (Estarreja) considerou que a lei tem várias patologias, não terá sido bem construída na sua origem, mas é a lei em vigor. -----

António Esteves (Estarreja) questionou se existe algum regimento desta Assembleia e, em caso afirmativo, solicitou o seu envio. -----

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) considera a transcrição das competências desta Assembleia da Lei para os Estatutos minimalista. A lei prevê que as competências possam ser acrescidas pelos próprios estatutos, e verificou que as únicas alíneas acrescentadas foram as g) e h). Considera que esta Assembleia deve discutir opções políticas e estratégicas da Região. --



Rui Cruz (Vagos) considerou que a lei está muito mal redigida, tem vários erros e incongruências nas competências, e que se deveria sensibilizar o Secretário de Estado da Administração Local para a alterar. -----

José Matos (Estarreja) chamou a atenção para o artigo 16º, alínea e), que poderá estar contida no Regimento para abranger as outras questões relevantes não contempladas. -----

José Silva (Sever do Vouga) considerou fundamental a aprovação do Regimento por esta nova Assembleia. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a política não se regulamenta e que se tem todo o direito de falar e decidir sobre tudo o que tem a ver com a vida política. No histórico das assembleias intermunicipais sempre se falou de tudo. O ponto da “Informação do Presidente do CI” ou “Outros assuntos”, ainda o “Período Antes da Ordem do Dia” permite esse debate num exercício político de interesse global da Região. Relembrou que a Assembleia tem um Regimento em vigor, e sugeriu a sua análise. Recordou que os Estatutos não se sobrepõem à Lei. Relativamente à Lei nº 75/2013 informou que travou uma grande luta com o Governo no âmbito da ANMP e que na proposta base do governo não havia a Assembleia Intermunicipal. O Secretariado Executivo tinha os poderes do Conselho Intermunicipal e passava a ser o verdadeiro órgão executivo, com a obrigação da prestação de contas a todas as Assembleias Municipais. O órgão deliberativo era composto pelos Presidentes das Câmaras Municipais. Há o entendimento da importância da perspectiva crítica das Assembleias Municipais. -----

António Esteves (Estarreja) alertou para o artigo 10º dos Estatutos, de vinculação dos municípios às deliberações tomadas pelos órgãos da CIRA, que deverá ser abordado com moderação e no âmbito das suas competências. -----

O Presidente do CI referiu que essa circunstância só se aplica em matéria de competência expressamente prevista. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o décimo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, aprovada por unanimidade, e em minuta. -----

O Presidente da Mesa colocou à consideração a introdução do ponto “Outros assuntos de interesse geral”, na sequência da proposta do membro José Matos. -----

Não havendo oposição passou a constar da Ordem de Trabalhos. -----

Inscreveram-se para usar da palavra: -----

Hilário Santos (Águeda) referiu a questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga que é um assunto que diz respeito a todos os municípios da CIRA. Esta tem uma palavra fundamental na discussão, e deverá reunir junto do Ministério ou da Administração Regional. Considera que tem de se tomar outras medidas. Relativamente à AdRA referiu que as obras de investimento começaram dois anos mais tarde que o previsto, houve um aumento de custos adiantado, sem benefício à população. Ver o que se pode fazer para baixar os custos, considerando que há espaço para isso. -----

José Matos (Estarreja) informou que gostaria de apresentar uma moção à Mesa, para que a Assembleia Intermunicipal se possa pronunciar no sentido de uma tomada de posição relativamente ao Plano Estratégico do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que estamos num patamar regional e gostaria que os membros dos órgãos quando estão a exercer essas funções cuidassem dessa dimensão. É muito importante que haja a escala de região, que em muitos dossiês não é fácil



de montar, e nesta questão há interesses conflitantes entre os municípios de Águeda e Estarreja, para além de outros interesses. A CI Região de Aveiro tem de exercer a sua vida noutro patamar, na fixação do comum a todos, na defesa de pressupostos fortes, numa lógica de coesão. Conseguirmos gerir este equilíbrio supõe conseguirmos que não haja partidos. Considera importante que o município e o partido sejam a Região. Em dossiês em que não se tem a mesma perspetiva e a mesma posição entre os municípios, há um exercício muito sensato. Apelou à Assembleia Intermunicipal para conhecer o parecer do Conselho Intermunicipal. As questões estratégicas são mais importantes do que as questões de competências. -----

Sobre a AdRA o Presidente do CI informou que está em curso a suspensão da revisão extraordinária do EVEF e tem de estar pronto até maio de 2014. Referiu que o Governo não tinha dinheiro para concluir o processo da AdRA, não tinha capacidade financeira, nem crédito bancário para avançar com os investimentos. A retribuição aos municípios vem com um ano de atraso. É importante trazer-se a administração da AdRA para uma reunião geral, a meio do EVEF. -----

José Matos (Estarreja) concordou que se realize uma Assembleia Intermunicipal extraordinária, a agendar para breve, para debater a questão de um ponto de vista regional e não de um ou outro município. -----

Augusto Leite (Murtosa) referiu que tem de se assumir o debate, compreende a complexidade do assunto, mas que a moção terá de ser discutida. -----

Mário Branco (Albergaria-a-Velha) considerou muito importante a marcação de uma sessão extraordinária, com preocupações regionais no âmbito da saúde, em que se debata também os cuidados primários e as grandes opções. -----

André Chambel (Oliveira do Bairro) referiu que uma moção é algo que vai marcar a opinião do órgão, não se teve conhecimento deste assunto e deve ser tratada em reunião extraordinária para se discutir este ponto. -----

Henrique Diz (Aveiro) apelou ao bom senso e referiu que as matérias devem ser discutidas em sede própria. A responsabilidade das decisões estratégicas não é do Conselho de Administração do CH, e deve-se negociar com o órgão competente do Governo e não com os órgãos intermédios. A saúde é demasiado importante para ser discutida sem informação. ---

Diana Paiva (Sever do Vouga) considerou que se deveria adiar esta discussão, propondo que a moção seja discutida numa reunião extraordinária -----

José Matos (Estarreja) concordou em retirar a moção sobre o Plano Estratégico e discuti-la numa próxima assembleia. -----

Susana Esteves (Aveiro) concorda com a marcação de uma sessão extraordinária. -----

Manuel Soares (Sever do Vouga) considerou que se poderá fazer chegar ao Presidente da Mesa os pontos para incluir na Ordem de Trabalhos, e não utilizarmos “Outros assuntos”. Assuntos desta complexidade e importância devem ser incluídos na ordem de trabalhos para serem estudados devidamente, para posterior debate. -----

Hilário Santos (Águeda) referiu que se deverá introduzir na próxima convocatória o “Período Antes da Ordem do Dia”. -----

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte e uma horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa. -----



Região de Aveiro

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Manuel Nunes Simões dos Santos

Manuel da Silva Soares

Gonçalo Nuno Caetano Alves